A CONTA DA ELEIÇÃO

10% do PIB

para educação

R$ 1,27 trilhão

na escala de 2025

A promessa de Samara Martins recupera uma meta legal que não foi alcançada.

Fontes: TSE, Inep, Planalto e IBGE

Corte: 25 set. 2026, 17h00, Brasília

A CONTA DA ELEIÇÃO

O estágio da proposta

Programa eleitoral

O plano promete destinar pelo menos 10% do PIB à educação pública, da educação infantil à pós graduação.

Ainda não é projeto protocolado, norma orçamentária vigente ou execução comprovada.

Fonte: TSE, programa de Samara Martins, p. 21

Corte: 25 set. 2026, 17h00, Brasília

A CONTA DA ELEIÇÃO

A referência já existia

7% no quinto ano

10% ao fim do decênio

Essas eram as metas do PNE aprovado em 2014. O programa transforma a mesma proporção em promessa para o próximo governo.

Fonte: Lei nº 13.005/2014, Meta 20

Corte: 25 set. 2026, 17h00, Brasília

A CONTA DA ELEIÇÃO

O último retrato oficial

5% do PIB

em 2022

O Inep somou União, estados, Distrito Federal e municípios. O gasto em educação pública chegou a R$ 513,4 bilhões, a preços de dezembro de 2022.

O indicador ficou perto de 5% entre 2015 e 2022.

Fonte: Inep, 5º ciclo do PNE, pp. 464 a 466

Corte: 25 set. 2026, 17h00, Brasília

A CONTA DA ELEIÇÃO

Simulação estática

R$ 12,7 trilhões

× 10%

R$ 1,27 trilhão

Se a proporção de 5% persistisse, a distância estática seria de R$ 635 bilhões por ano.

Não é custo estimado nem despesa exclusiva da União.

Cálculo próprio sobre o PIB de 2025, IBGE

Corte: 25 set. 2026, 17h00, Brasília

A CONTA DA ELEIÇÃO

O que falta para fechar a conta

- repartição entre os três níveis de governo
- trajetória anual até 10% do PIB
- fontes quantificadas e compatíveis
- destinação por etapa e política educacional
- capacidade para transformar verba em entrega

O programa indica dívida e tributação progressiva como caminhos, mas não apresenta uma ponte anual entre receitas e despesas.

Fonte: TSE, programa de Samara Martins

Corte: 25 set. 2026, 17h00, Brasília

A CONTA DA ELEIÇÃO

Execução em 4 anos

4/10 LARANJA

A meta é mensurável e recupera uma referência legal. Faltam repartição federativa, custeio quantificado e cronograma anual.

Parcelas da nota

Jurídico 1 • Financiamento 1 • Administração 1 • Condições técnicas e econômicas 1 • Cronograma 0

Nota provisória, confiança baixa.

Avaliação editorial, não probabilidade estatística.

Fontes: TSE, Inep, Planalto e IBGE

Corte: 25 set. 2026, 17h00, Brasília